

ÍNDICE

SIGLAS	15
NOTA DE ABERTURA À QUARTA EDIÇÃO	17
INTRODUÇÃO	19
MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES	21
O mercado e a economia de mercado	21
O Direito, o mercado e a concorrência	22
Saber Direito para entender o mercado	23
Este livro	23
1 O DIREITO E A VIDA SOCIAL – A ORDEM JURÍDICA	25
MARIA ELISABETE RAMOS	27
1. O Direito e a vida social	27
2. A ordem jurídica	29
2.1. Caracterização genérica da ordem jurídica	29
2.2. Elementos integrantes da ordem jurídica	29
2.2.1. Os princípios fundamentais	29
2.2.2. As normas jurídicas	30
2.2.3. O pensamento jurídico	31
2.2.4. As instituições	32
2.3. Características da ordem jurídica	33
2.3.1. Enunciação	33
2.3.2. Natureza sistemática	33
2.3.3. Vocação comunitária	33
2.3.4. Objetividade	34

2.3.5. Caráter vinculativo	34
2.4. A legitimação do uso da força	35
2.4.1. A necessidade da coação	35
2.4.2. Sanção, coação, coercibilidade	36
2.4.3. O poder estadual de sancionar	37
2.5. Efeitos da ordem jurídica	38
2.5.1. Certeza jurídica	38
2.5.2. Paz social	39
2.5.3. Segurança jurídica	39
3. Padrões não jurídicos de conduta	40
4. A criação do direito	40
4.1. O sentido da expressão “fontes do direito”	40
4.2. Fontes de origem internacional	41
4.2.1. Noção	41
4.2.2. Princípios e normas de direito internacional público geral	42
4.2.3. Convenções internacionais	42
4.2.4. O direito da União Europeia	42
4.3. Fontes do direito interno	43
4.3.1. Normas sobre fontes do direito	43
4.3.2. Atos legislativos	44
4.3.3. Atos de transposição de diretivas da União Europeia	45
4.3.4. Lei em sentido formal e lei em sentido material	45
4.3.5. Regulamento administrativo	46
4.3.6. O elenco desatualizado do Código Civil	47
4.3.7. Princípios fundamentais de direito	48
4.3.8. O costume jurídico	49
4.3.9. O valor da jurisprudência e da doutrina	50
4.4. A hierarquia das fontes de direito	51
5. A arrumação dos critérios jurídicos	53
5.1. Noção de ramos do direito	53
5.2. Distinção direito público/direito privado	53
5.3. Ramos de direito público	54
5.3.1. Direito constitucional	54
5.3.2. Direito administrativo	54
5.3.3. Direito penal	54
5.3.4. Direito fiscal	55
5.3.5. Direitos processuais	56
5.4. Ramos de direito privado	56
5.4.1. Direito civil	56
5.4.2. Direito comercial	57

5.4.3. Direito internacional privado	57
5.4.4. Direito do trabalho	57
5.5. Outros ramos de direito	58
5.5.1. Direito económico	58
5.5.2. Direito da segurança social	58
6. Aplicação do direito às pessoas e às empresas	58
6.1. Sentido geral	58
6.2. Vigência da lei	59
6.2.1. Publicação oficial	59
6.2.2. Início de vigência	60
6.2.3. Cessação de vigência	60
6.3. Interpretação jurídica	62
6.3.1. Necessidade	62
6.3.2. Modalidades de interpretação jurídica	63
6.3.3. Elementos da interpretação jurídica	63
6.3.4. Elemento literal	64
6.3.5. Elemento histórico	64
6.3.6. Elemento sistemático	64
6.3.7. Elemento racional	65
6.4. Resultados da interpretação	65
6.4.1. Noção e espécies	65
6.4.2. Interpretação declarativa	66
6.4.3. Interpretação extensiva	66
6.4.4. Interpretação restritiva	67
6.4.5. Interpretação enunciativa	67
6.4.6. Interpretação ab-rogante ou revogatória	68
6.5. Integração das lacunas	68
6.5.1. Noção e espécies de lacunas	68
6.5.2. Processos de integração de lacunas	69
6.5.3. Espécies de analogia	70
6.5.4. Criação de “norma ad hoc”	71
Bibliografia	72
2 A CONSTITUIÇÃO E O ESTADO DE DIREITO	75
JOÃO PEDROSO	77
1. Constituição: uma lei fundamental	77
2. A Constituição de 1976 e as suas revisões	78
3. Os princípios fundamentais da CRP	79
4. Os direitos fundamentais	80

4.1. Os direitos, liberdades e garantias	80
4.2. Os direitos económicos, sociais e culturais	81
5. O Estado de direito democrático	82
5.1. A democracia política	82
5.2. A democracia económica, social e cultural	82
6. Constituição económica e constituição fiscal	83
7. A organização constitucional do poder político	84
7.1. Os princípios da tipicidade e da separação de poderes	84
7.2. Órgãos de soberania	84
7.3. As regiões autónomas	90
7.4. O poder local	90
7.5. Outros órgãos previstos na CRP	91
8. O controlo da constitucionalidade	93
Bibliografia	94
3 O DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA	95
CATARINA FRADE	97
1. A integração europeia: do Tratado de Roma ao Tratado de Lisboa	97
2. Objetivos da UE	99
3. Delimitação de competências	99
4. Instituições europeias e suas atribuições na esfera económica	100
4.1. O quadro institucional da UE	100
4.2. O Parlamento Europeu	102
4.3. O Conselho Europeu	104
4.4. O Conselho	104
4.5. A Comissão	105
4.6. O Tribunal de Justiça da União Europeia	106
4.7. O Banco Central Europeu	108
4.8. O Tribunal de Contas da UE	108
5. O mercado interno e as liberdades fundamentais	109
5.1. O mercado interno	109
5.2. A liberdade de circulação de mercadorias e a união aduaneira	109
5.3. A liberdade de circulação de pessoas e de serviços	111
5.3.1. A liberdade de circulação de trabalhadores assalariados	111
5.3.2. A liberdade de estabelecimento	111
5.3.3. A liberdade de prestação de serviços	113
5.4. A liberdade de circulação de capitais e de pagamentos	113
5.5. A liberdade de concorrência	114
Bibliografia	115

4 AS PESSOAS E OS DIREITOS	117
CATARINA FRADE	119
1. A relação jurídica	119
1.1. Noção de relação jurídica	119
1.2. Os direitos subjetivos	119
1.3. Os direitos potestativos	122
2. Os elementos da relação jurídica	122
3. Os sujeitos	123
3.1. Personalidade jurídica e capacidade jurídica	123
3.2. Pessoas singulares	124
3.3. Pessoas coletivas	125
3.4. Tipos de pessoas coletivas	126
3.4.1. Pessoas coletivas de direito público e pessoas coletivas de direito privado	126
3.4.2. Pessoas coletivas de fim altruístico e pessoas coletivas de fim egoístico	127
3.4.3. Associações, fundações e sociedades (art. 157.º CC)	128
4. O objeto	130
4.1. Noção de coisa	130
4.2. Coisa e património	131
4.3. Classificação das coisas	131
5. O facto jurídico	133
6. A garantia	134
Bibliografia	135
5 OS CONTRATOS E A RESPONSABILIDADE CIVIL	137
MARIA ELISABETE RAMOS	139
1. Noção e relevo económico das obrigações	139
2. Elenco das fontes das obrigações	140
3. Economia de mercado e autonomia privada	140
4. Os contratos	142
4.1. Liberdade contratual	142
4.1.1. Noção e manifestações	142
4.1.2. Liberdade de celebração	142
4.1.3. Liberdade de estipulação do conteúdo contratual	143
4.2. Princípio da boa-fé	144
4.3. Princípio da força vinculativa	144
4.4. Liberdade de forma	146

4.5. Cláusulas contratuais gerais	146
5. Negócios unilaterais	147
6. Gestão de negócios	147
7. Enriquecimento sem causa	148
8. Responsabilidade civil	149
8.1. Noção	149
8.2. Distinções	150
8.3. Consagração no Código Civil	151
8.4. Obrigação de indemnizar	152
8.5. Responsabilidade civil e seguro de responsabilidade civil	153
9. Contratos e responsabilidade civil: os desafios das novas tecnologias	154
Bibliografia	157
6 O DIREITO DAS EMPRESAS	159
MARIA ELISABETE RAMOS	161
1. Empresa e sociedade	161
1.1. Definições de empresa	161
1.2. Os sujeitos de empresas	162
1.3. Sociedade e cooperativa	162
1.4. Sociedade e empresa	164
2. O processo normal de constituição de sociedades	164
2.1. Variedade de processos de constituição de sociedades	164
2.2. Ato constituinte inicial	165
2.2.1. Partes	165
2.2.2. Conteúdo	166
2.2.3. Forma	168
2.3. Registo definitivo	168
2.4. Publicação	169
3. Regimes especiais de constituição de sociedades por quotas e anónimas	170
3.1. “Empresa na hora”	170
3.2. “Empresa online”	171
4. Criação de empresas e de sociedades por ato legislativo	172
4.1. As entidades públicas empresariais	172
4.2. Sociedades criadas por ato legislativo	172
5. Outros aspetos relevantes para o funcionamento da empresa	173
5.1. As exigências legais de licenciamento	173
5.2. A propriedade industrial	173
6. Novas tecnologias e direito das sociedades	175
Bibliografia	178

7 AS RELAÇÕES LABORAIS NA EMPRESA	179
CATARINA FRADE	181
1. A regulação das relações de trabalho: contrato de trabalho <i>versus</i> contrato de prestação de serviços	181
2. Âmbito do Direito do Trabalho	184
3. Os sujeitos laborais	185
3.1. Sujeitos individuais	185
3.2. Sujeitos coletivos	188
3.2.1. Associações sindicais	189
3.2.2. Comissões de trabalhadores	192
3.2.3. Associações de empregadores	193
3.3. O Estado	193
4. Constituição do vínculo de trabalho	195
4.1. Formalismo do contrato de trabalho	195
4.2. O período experimental	195
5. Modalidades de contrato de trabalho: por tempo indeterminado e a termo	196
5.1. Contrato de trabalho por tempo indeterminado	196
5.2. Contrato de trabalho a termo	197
6. Retribuição	198
7. Tempo de trabalho	200
7.1. Conceitos fundamentais sobre o tempo de trabalho	200
7.2. Tempo de descanso	203
8. Local de trabalho	204
8.1. Estabilidade e mudança do local de trabalho	204
8.2. A reconfiguração espaço-temporal do trabalho: o teletrabalho	205
9. Suspensão do contrato de trabalho	207
10. Extinção da relação laboral	208
10.1. Caducidade	209
10.2. Extinção por acordo	210
10.3. Extinção por decisão unilateral de um dos contraentes	211
10.3.1. Iniciativa do empregador	213
10.3.2. Iniciativa do trabalhador	212
Bibliografia	215
8 A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA	217
MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES E CATARINA FRADE	219
1. As principais formas de intervenção do Estado na economia	219
2. O Estado empresário	222

2.1. Nacionalizações e privatizações	222
2.2. O conceito de nacionalização	222
2.3. O conceito de privatização	223
2.4. O setor empresarial do Estado	224
2.4.1. Composição do setor empresarial do Estado	224
2.4.2. Situações especiais	227
2.5. O setor empresarial local	228
2.6. As parcerias público-privadas	229
2.6.1. Noção	229
2.6.2. Antecedentes e objetivos	230
2.6.3. Regime jurídico	230
3. O Estado regulador	231
3.1. Noção de regulação pública da economia	231
3.2. Tipos de regulação	232
3.3. As autoridades de regulação	234
3.3.1. As autoridades nacionais	234
3.3.2. As autoridades da União Europeia	237
3.4. Os instrumentos da regulação	238
3.5. As principais áreas da regulação pública da economia	241
4. O acesso à atividade económica (remissão)	242
5. A defesa da concorrência	242
5.1. Sistemas de defesa da concorrência	242
5.2. O sistema de defesa da concorrência no direito da União Europeia e no direito português	243
5.2.1. Objetivos do direito da concorrência	243
5.2.2. A estrutura do direito da concorrência	243
5.3. Âmbito de aplicação do direito da concorrência	246
5.4. A proibição de coligações	248
5.4.1. Estrutura e conteúdo do art. 101.º do TFUE e dos arts. 9.º e 10.º da LdC	248
5.4.2. Os agentes ou partes nas coligações	249
5.4.3. As formas de coligação	249
5.4.4. As exceções à proibição de coligações	253
5.5. A proibição do abuso de posição dominante	256
5.5.1. Estrutura e conteúdo do art. 102.º do TFUE e do art. 11.º da LdC	256
5.5.2. A posição dominante e o mercado relevante	257
5.5.3. A exploração abusiva	259
5.6. O abuso de dependência económica no direito português	261
5.7. O controlo das operações de concentração	262

5.7.1. O controlo das operações de concentração de empresas de dimensão comunitária	262
5.7.2. O controlo das concentrações no direito português	263
5.8. Os auxílios de Estado	267
5.8.1. Princípio da incompatibilidade e noção de auxílios de Estado no direito europeu	267
5.8.2. As exceções ao princípio da incompatibilidade dos auxílios de Estado no direito europeu	268
5.8.3. Os auxílios públicos no direito português	270
6. A regulação do digital	270
6.1. Ciberespaço: de um espaço livre a um espaço regulado	270
6.2. A regulação dos mercados e serviços digitais	272
6.2.1. O Regulamento dos mercados digitais	272
6.2.2. O Regulamento dos serviços digitais	273
6.3. A proteção e utilização de dados	274
6.3.1. A proteção de dados pessoais	274
6.3.2. O Regulamento da governação de dados e o Regulamento de dados	277
6.4. O Regulamento que estabelece regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial	279
6.5. A cibersegurança	280
Bibliografia	283
9 A TUTELA DOS DIREITOS E A RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	285
JOÃO PEDROSO	287
1. As formas de tutela dos direitos	287
2. A tutela privada dos direitos	288
3. A tutela dos direitos exercida através de parcerias entre o Estado e a sociedade	291
4. A tutela pública dos direitos	292
5. O aparelho de coação do Estado	294
5.1. A Administração pública e o poder judicial	294
5.2. A função jurisdicional	295
5.3. A organização judiciária em Portugal	296
5.4. Os tribunais extranacionais	300
6. As garantias dos particulares perante a Administração pública	301
Bibliografia	303
NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES	305